

## IDENTIDADE POLÍTICA DAS TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÕES QUE IMPLICAM ESSA CONSTITUIÇÃO

Laís Leni Oliveira **Lima** – UFG

Refletir sobre a categoria trabalho e identidade política na sociedade contemporânea pode ser considerado um contra-senso, pois o que se tem presenciado é a defesa de que o trabalho é atualmente uma categoria secundária e/ou superada. O termo trabalho e identidade política adquirem uma série de significações em diferentes campos das ciências, porém, só alcança seu verdadeiro sentido e dimensão a partir de uma inter-relação das perspectivas e análises desses diversos campos e, independente das diferentes significações, essas categorias são atuais, presentes e, principalmente, não estão superadas. Este texto tem por objetivo compreender a dualidade no trabalho realizado nas instituições de Educação Infantil (EI): funções intelectuais e funções instrumentais, e suas implicações na constituição da identidade política da trabalhadora da EI. Balizamos as reflexões sobre a relação trabalho, educação e identidade nos seguintes autores: Marx, Engels; Gramsci, Lukács, Mészáros, Mascarenhas, Antunes, Frigotto, dentre outros.

Palavras-chave: Trabalho, identidade política

### TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Falar em trabalho, no contexto histórico da sociedade contemporânea, torna-se uma tarefa atual, porque a categoria trabalho sofreu – e sofre – grandes impactos com autores que defendem até o seu fim Gorz (1980) apud Antunes (2003); os que defendem sua permanência: Antunes, Frigotto, Marx, Lukács, Mészáros, Mascarenhas; porque a ideologia neoliberal defende o individualismo exacerbado e a impossibilidade de um modelo de sociabilidade diferente da prevalecida no sistema do capital. Partimos do princípio de que é por meio do trabalho que o homem se constitui como tal. Pelo trabalho ele se relaciona com os outros seres humanos e relaciona-se com a natureza, transformando o mundo e a si mesmo; nessa relação constitui sua identidade.

Pensando na importância do trabalho na constituição do ser humano, reportamos a Antunes (2003), ao afirmar que não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Segundo o autor, é um equívoco pensar no fim do trabalho e da classe-que-vive-do-trabalho, visto que a eliminação do trabalho suporia uma destruição da própria economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, pois os robôs não participariam do mercado.

O trabalho, nas sociedades estratificadas, se comparado ao das comunidades primitivas, se diferencia, mas a conotação que se mantém ao longo dos séculos se liga a

uma sociedade dividida, hierarquizada, tal como afirma Mészáros (2002) ele se veste com novas roupagens. Estudos sobre trabalho não adquiriram a importância que se faz presente na sociedade capitalista atual. É a partir do século XV, já na Idade Moderna – européia – que o trabalho se transforma efetivamente em objeto de estudo. As transformações econômicas, políticas, sociais, científicas, religiosas, territoriais, que se processam nas sociedades *modernas*, desencadeiam um novo modo de pensar questões, até então *adormecidas* pelo poder da Igreja.

Manacorda (2000), traz a concepção de trabalho, descrita por Marx, em diferentes obras. Para ele a categoria trabalho ocupa lugar central na proposta pedagógica marxiana. É um conceito de difícil compreensão por muitos, entretanto, para compreender seus pressupostos, faz-se necessário compreender esse conceito<sup>1</sup>. Marx (1993) demonstra que é por meio do trabalho que o ser humano se constrói e vive em sociedade, assim, o trabalho é ação decisiva para a humanidade compreender seus significados e sentidos. Essa compreensão parte da consideração do trabalho como elemento fundamental da constituição da sociabilidade humana, ação criadora e produtora, elementos que possibilitam o estabelecimento da relação homem-homem e homem-natureza.

#### TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE EI: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA

Segundo Mascarenhas (2002), a identidade política é compreendida como processo de configuração da auto-consciência de um grupo, em que ele elabora sua posição e ação diante dos conflitos sociais e relações de poder (p. 15).

A evolução das teorias que norteiam a dinâmica escolar e os processos pedagógicos, enquanto formas de relacionamento entre educador e educando, contribui no sentido de uma diferente configuração da natureza do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, desse trabalhador, visando à compreensão histórica dos processos da formação humana e suas articulações com a vida social. Essas configurações foram maiores ainda em se tratando daqueles que atuam nas instituições de EI, visto que, de certa forma, pode-se dizer que o trabalho realizado nessas instituições, principalmente a partir da promulgação da LDB 9.394/96, é uma novidade. É preciso destacar que as

---

<sup>1</sup> Manacorda conceitua trabalho em Marx nos Manuscritos de 1844, na Ideologia Alemã de 1845-46, nos Grundrisse de 1857-58. Maiores informações ver MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 2000.

instituições de EI diferenciam-se essencialmente da escola quanto às funções que desempenham. Partindo da sua própria organização, verifica-se que, enquanto a escola tem o espaço privilegiado para o domínio dos conhecimentos básicos, as instituições de EI se colocam como espaço de complementaridade da educação da família.

As políticas da EI, ao mesmo tempo em que reconhecem a infância como um campo legítimo de atenção, predomina nelas, uma cultura da discriminação dessa etapa de educação, não reconhecendo a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na EI, predominando questão histórica da criação das creches, presente em vários discursos: para cuidar de criança pequena basta “ter jeito”, “ter amor”, “gostar delas”. Isto é, se o que define a boa educadora da creche são as características que não se referiam à aquisição de conhecimentos, não justifica o investimento nelas, nesse sentido qual é o significado, atribuído ao seu trabalho? Como se constitui a identidade dessa trabalhadora? Para Mascarenhas (2002), “a identidade de uma pessoa ou grupo é relativa à identidade de outras pessoas e grupos”. Ela afirma ainda que as identidades são representações pautadas pelo confronto com o outro.

As instituições de EI surgiram acompanhando a estruturação do capitalismo, a crescente urbanização e a necessidade que o capital teve de reprodução da força de trabalho, e, aqui, se destaca a força de trabalho das mulheres; para produzir mais “capital”, essas precisaram de um lugar para deixar os filhos. Além disso, precisavam de força de trabalho – futuro – composta por seres capazes, nutridos, higiênicos e dóceis. A constituição da creche foi (e quem sabe ainda é?) *lócus* privilegiado para “fabricação” dessa nova força de trabalho. Como afirma Mészáros (2002): a educação subsumida ao capital serve como processo de interiorização de preceitos, valores e condições de legitimidade do sistema.

Outra questão que corrobora com o processo sóciometabólico do capital é a divisão do trabalho estabelecida nas instituições de EI. Marx (1993) afirma que o processo de acúmulo de capital desenvolve o artifício de divisão do trabalho. Pesquisas realizadas por Lima (2005), afirma a evidente presença de hierarquias entre as profissionais inseridas nas instituições de EI. Essas hierarquias são manifestadas conforme execução das tarefas ali realizadas: funções intelectuais/pedagógicas e funções instrumentais. Essas mudanças criaram, portanto, como afirma Antunes (1999), uma classe trabalhadora fragmentada e dividida; qualificados e desqualificados.

Em muitas instituições de EI ainda predominam diferentes cargos, consagrando-se no inconsciente coletivo a dicotomia entre trabalho braçal e trabalho

intelectual, criando, no interior das instituições, uma profissional que “cuida”, esta, responsável pelas atividades de higienizar a criança, alimentá-la e às vezes brincar com ela. Este trabalho é considerado desqualificado; enquanto a outra desenvolve atividades relacionadas ao pedagógico: regência das “aulas” – ler, escrever, desenhar, avaliar, esta é a trabalhadora considerada como a profissional que “educa”. Apesar de essa nova forma societal exigir um trabalhador com diferentes “habilidades”, que domine todo processo de trabalho – planejamento, execução –, a dualidade do trabalho, ainda é muito presente nas instituições de EI.

O processo de consolidação da sociedade capitalista, que “separou as mãos do cérebro”, pode-se dizer que é uma falsa separação. Entretanto, esse processo que subsiste nas práticas cotidianas das instituições de EI – as quais ainda reforçam que as atividades realizadas no interior das instituições, que não têm a “forma escolar” –, é menor, isto é, é menos valorizado, porque está relacionado ao domínio da prática. Essas questões, segundo Marx (1975), não desqualifica ou qualifica a função de um ou outro trabalhador se sua atividade estiver mais próxima ou mais distante do trabalho manual. Essa dualidade do trabalho influencia a constituição da identidade políticas das trabalhadoras, fragmentado-a.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Entendemos que o aspecto crucialmente estratégico para a constituição da identidade política da trabalhadora de EI é que ela se reconheça como pertencente a um grupo, visto que o trabalho dá à pessoa essa identidade, valorizando o grupo e a si ao mesmo tempo, situando-se no mundo de determinada forma. Segundo Mascarenhas (2002), não se pode menosprezar o papel exercido pelo trabalho na constituição da identidade do trabalhador.

É preciso destacar aqui a fala de Gramsci (1979), que não há dissociação entre trabalho intelectual e físico, todo trabalho exige esforço intelectual e, ao mesmo tempo, físico. A heterogeneidade existente entre as trabalhadoras pode ser um fator propício para a formulação de uma identidade política dentro das instituições de EI: primeiro a constituição da identidade individual e depois da social. É um processo de construção de novas alternativas e de resistência que precisa ser estimulado, desenvolvido e construído. Tanto o cuidar quanto o educar crianças é um trabalho árduo, exige organização e disciplina, não podendo ser separado nem na teoria e nem

nas ações diárias. Como afirma Freitas (2007), as mãos só estão separadas do cérebro na ossatura dessa sociedade da morte, que é a sociedade salarial; segundo ele, é uma separação inconsistente e irreal.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar. O coletivo infantil: o sentido da forma. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). **O coletivo infantil em creches e pré-escolas:** falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007. p. 7-13

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LIMA, Laís Leni O. Lima. **Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil de Jataí:** da proposição à materialização. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **Capítulo inédito D'ó capital:** resultado do processo de produção imediato. Porto: publicação escorpião, 1975.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosófico.** Textos filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

MASCARENHAS, Ângela C. Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora.** Goiânia: Alternativa, 2002.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

